

ANÁLISE E DIAGNOSTICO DOS PROBLEMAS DECORRENTES DE UMA URBANIZAÇÃO DESURBANIZANTE: o caso dos bairros Banco da Vitória e Teotônio Vilela em Ilhéus-Ba

Recebido: 27/06/2022

Aceito: 13/09/2022

Nauana Teixeira Mendes Pinto¹
Gilsélia Lemos Moreira²

RESUMO

A presente pesquisa pretende realizar uma análise e diagnóstico dos problemas decorrentes de uma urbanização desurbanizante, tomando por estudo de caso os bairros Banco da Vitória e Teotônio Vilela em Ilhéus-BA. Ao considerar a urbanização, o intuito é dar maior visibilidade aos problemas urbanos circunscritos nos bairros que vêm ao longo dos anos acumulando problemas relacionados às ocupações irregulares e degradação dos recursos naturais. Na periferia, a oferta de serviços públicos é precária, devido à irregularidade da coleta dos resíduos sólidos, distribuição insuficiente de água potável e coleta de efluentes domésticos. A infraestrutura urbana também é deficitária, não há praças, parques, eventos de lazer que promovam o entretenimento. A periferia sofre com deslizamentos de encostas, enchentes e doenças de veiculação hídrica. Os problemas socioambientais que acometem a cidade de Ilhéus não se efetivam por falta de planos urbanos ou planos diretores, pois, a cidade conta com planos de ordenamento territorial urbano desde a década de 1930. Sendo assim, faz-se necessário pensar em meios de tornar esses planos efetivos. Um diagnóstico atual das conscrições socioespaciais, mesmo que de um pequeno recorte espacial da cidade, pode contribuir na elaboração de uma proposta de planejamento e ordenamento territorial urbano participativo, que inclua o combate à urbanização acéfala e contemple todos os bairros, inclusive as comunidades, com ações efetivas que combatam a um só tempo, os problemas ambientais e sociais.

Palavras-chave: Impactos socioambientais. Desenvolvimento urbano sustentável. Ordenamento urbano territorial.

Analysis And Diagnosis Of The Problems Arising From a Deurbanizing Agnosis Of The Problems Arising From a Deusbanizing Urbanization: The Case Of The Neighborhoods Banco da Vitoria And Teotonio Vilela In Ilheus-Ba

ABSTRACT

¹ Bacharel em Geografia pela universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. E-mail: naau.mendes01@gmail.com

² Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Professora da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Atua na área de Ensino de Geografia e Geografia Urbana. E-mail: glmoreira@uesc.br

The present research intends to carry out an analysis and diagnosis of the problems arising from a de-urbanizing urbanization, taking as a case study the neighborhoods Banco da Vitória and Teotônio Vilela in Ilhéus-BA. When considering urbanization, the aim is to give greater visibility to urban problems circumscribed in neighborhoods that have been accumulating problems related to irregular occupations and degradation of natural resources over the years. In the periphery, the supply of public services is precarious, due to irregular solid waste collection, insufficient distribution of potable water and collection of domestic effluents. The urban infrastructure is also deficient, there are no squares, parks, leisure events that promote entertainment. The periphery suffers from landslides, floods and waterborne diseases. The socio-environmental problems that affect the city of Ilhéus are not implemented due to the lack of urban plans or master plans, since the city has had urban territorial planning plans since the 1930s. Therefore, it is necessary to think of ways to make these plans effective. A current diagnosis of socio-spatial constrictions, even in a small spatial area of the city, can contribute to the elaboration of a proposal for participatory urban planning and land use, which includes the fight against mindless urbanization and includes all neighborhoods, including communities, with effective actions that combat, at the same time, environmental and social problems.

Key-Words: Socio-environmental impacts. Sustainable urban development. Territorial urban planning.

INTRODUÇÃO

A ideia central da pesquisa consiste em realizar uma análise e diagnóstico dos problemas decorrentes de uma urbanização desurbanizante, tomando por estudo de caso os bairros Banco da Vitória e Teotônio Vilela localizados em Ilhéus-BA. Ao analisar os problemas advindos da urbanização, pretende-se construir um diagnóstico que identifique as causas que estão degradando o ambiente e comprometendo a urbanidade dos sujeitos que habitam os bairros em tela.

A ideia é contribuir na elaboração de uma proposta de planejamento e ordenamento territorial urbano para Ilhéus em outras bases, pois, com o rápido processo de urbanização, provocado entre outros fatores pela crise do cacau, êxodo rural, migrações intraurbana, desemprego e ampliação da pobreza, além de um crescimento urbano exponencial, afetou determinadas zonas da cidade e conseqüentemente os bairros que se localizam nessas áreas. Ocorre que essa rápida urbanização se deu de forma desurbanizante e apesar dos cinco planos diretores de Ilhéus, a falta de urbanidade predomina em alguns bairros da cidade e, portanto, merece investigação.

Para efeito de análise faz-se necessário esclarecer o que estamos chamando de urbanização sem urbanidade. Referimo-nos a um processo de crescimento urbano que se desenrola muito desigualmente, onde direitos básicos são negados aos sujeitos, como por exemplo, uma moradia adequada. Nessa forma de urbanização, violentos impactos se manifestam na paisagem urbana, sendo mais expressivos os impactos sociais e ambientais (ALMEIDA, A. de C.; DE MORAES, M. E. B; CHAVES, C.; JESUS, L.; BUONICONTRO, M. S.; LIMA, I. P.; OLIVEIRA, O. M. G.; RODRIGUES, R.C.; SANTOS, L. R.; BAITZ, E. de O. F.; VIDAL, E. F.).

Para tornar esse trabalho exequível e concreto, tomamos como recorte espacial os bairros Banco da Vitória e Teotônio Vilela, localizados na Zona Oeste da cidade e como recorte temporal, consideramos o período que compreende os últimos 15 anos. A justificativa para a escolha do tema deu-se pela observação do fenômeno da urbanização acelerada e da ampliação dos impactos sociais e ambientais visíveis a olho nu, presentes na cidade de Ilhéus durante e depois da chamada crise da lavoura cacaueteira (MARTINS, 2007; OLIVEIRA, O. M. G., 2008; RANGEL e TONELLA, 2013).

Causou-nos inquietação observar que apesar dos cinco planos diretores e tantos outros projetos e ações do Estado nas esferas municipal e estadual os problemas sociais e ambientais persistem. Uma breve observação principalmente, pelas periferias da cidade, é capaz de revelar que as rápidas mudanças e as alterações socioespaciais na/da cidade, sobretudo, tem afetado não só o ambiente físico, mas, a população, maiormente, das camadas mais pobres e em total condição de vulnerabilidade social (ALMEIDA E MORAES, 2009; OLIVEIRA, O. M. G., 2008; ALMEIDA E MORAIS, 2009).

Embora parte desses estudos (ARAUJO, 2012; ANDRADE, 2003; BLUME, 2011; CHAVES et al, 2018; GOMES, 2002; LEMOS, 2007; LIMA, 2010; OLIVEIRA, 2008; NOIA, 2013; SPANGHERO et al, 2017; VIDAL, 2009), fundamentem teoricamente nossa pesquisa e nos forneçam dados secundários, existe uma lacuna acerca da realidade socioespacial das áreas em questão, fato que justifica a escolha do nosso objeto empírico. Além disso, indubitavelmente, estudos dessa natureza têm se mostrado de extrema importância para o planejamento e gestão do espaço urbano.

Para cumprir os objetivos específicos da pesquisa, analisamos mapas das áreas mais impactadas em razão dos problemas urbanos e ambientais, pesquisamos instrumentos legais, tais como o plano diretor vigente, desde a sua implantação em 2016 para compreender o atual ordenamento territorial urbano da cidade.

Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, o que significa dizer que a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de investigação. Cabe dizer que a busca pela compreensão dos fenômenos analisados deu-se por meio de análise documental e bibliográfica.

Debruçamo-nos sobre diversos documentos e artigos científicos e estudos publicados em anais de eventos e periódicos. Realizamos coleta de dados em fontes secundárias para dar embasamento ao estudo em tela. A seguir, detalharemos os procedimentos metodológicos adotados para tornar essa pesquisa exequível e concreta.

METODOLOGIA

Considerando os objetivos deste estudo, buscou-se aplicar uma metodologia de corte qualitativo, de caráter exploratório-interpretativo. De acordo com Dencker (1998:103), esse tipo de pesquisa caracteriza-se pela utilização de metodologias múltiplas, sendo as mais utilizadas, a observação e a análise de documentos.

Com o intuito de alcançar os objetivos do estudo, foram utilizadas as seguintes técnicas de coleta de dados, pesquisa documental em arquivos de órgãos públicos de interesse; pesquisa telematizada (sites); pesquisa bibliográfica e observação não estruturada. Vale dizer que, no desenvolvimento da pesquisa qualitativa a observação assume grande importância (MARCONI; LAKATOS, 1999; GIL, 1999).

Quanto aos documentos, foram analisados o Plano Diretor vigente, projetos e programas de desenvolvimento urbano, além de cartas, mapas e material fotográfico. Para embasar teoricamente esta pesquisa nos apoiamos em vários estudos (ARAUJO, 2012; ANDRADE, 2003; BLUME, 2011; CHAVES et al, 2018; GOMES, 2002; LEMOS, 2007; LIMA, 2010; OLIVEIRA, 2008;

NOIA, 2013; MARICATO, 2000; RODRIGUES, 2017; SPANGHERO et al, 2017; VIDAL, 2009).

A partir daqui vamos elencar os procedimentos metodológicos que tornaram essa pesquisa concreta.

1- Levantamento bibliográfico - este procedimento teve como objetivo realizar uma leitura acurada dos trabalhos publicados na literatura científica nacional, voltados à análise da expansão e ocupação urbana de áreas consideradas subnormais, de risco e periféricas.

2 - Coleta de dados secundários - foram coletados dados secundários de relatórios técnicos e documentos oficiais da Prefeitura Municipal de Ilhéus, a exemplo do Plano Diretor do Município de Ilhéus (ILHÉUS, 2006), DA RIN, 1933 (primeiro plano de Ilhéus data de 1933, chamado Plano Diretor para Remodelação e Expansão da Cidade de Ilhéus) e do Código Florestal (JUSBRASIL, 2012).

Ainda nesta etapa da pesquisa analisamos a Resolução CONAMA n. 303 (BRASIL, 2002), a Política Nacional de Mobilidade Urbana (BRASIL, 2012) “Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais - PEMAS” (PMI, 2002), o Sistema de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS, 2019), o Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento (SNIS, 2019) e Censos Demográficos do IBGE (1980, 1984, 1996, 2004, 2010).

3- Por fim, elaboramos o diagnóstico do ambiente físico e da infraestrutura urbana - nesta etapa foram realizadas observações em campo com o objetivo de identificar *in loco* os impactos físicos resultantes de ações antrópicas na área de estudo. Analisamos prioritariamente as condições das encostas em razão da ocupação das mesmas e dos manguezais - vegetação muito comum nas áreas estudadas. Quanto à infraestrutura urbana, observamos as condições das moradias e saneamento básico (coleta de resíduos sólidos, distribuição de água de rede e esgotamento sanitário, condições das ruas do bairro, iluminação e áreas de lazer).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

É importante iniciar essa discussão localizando o município de Ilhéus (figura 1) que se distânciada 465 km da capital do Estado, Salvador. Estar relativamente próxima ou distante da capital e de outras cidades do seu

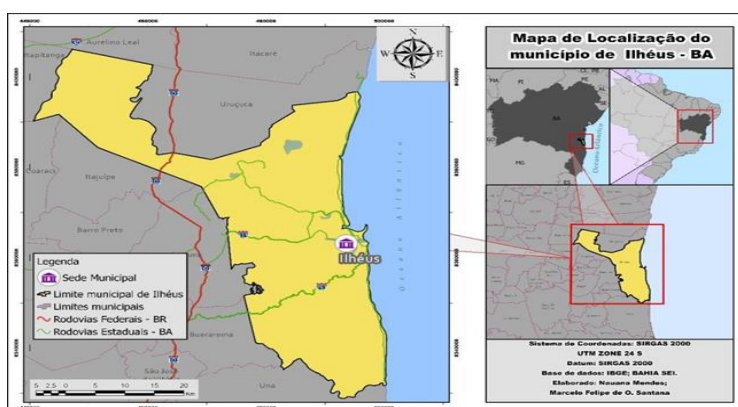
entorno, pode explicar qual o alcance espacial da influência desse importante município do Sul da Bahia. O que queremos dizer é que se trata de uma interpretação dos papéis de uma cidade no contexto regional, como resultado das funções que realizam.

O Aeroporto Jorge Amado, movimenta uma parcela significativa de turistas que buscam lazer em Ilhéus e região. Estão presentes nessa cidade as atividades econômicas tais como indústria do setor de informática, comércio e serviços. Destaca-se a presença de importantes instituições de ensino superior públicas e privadas. Ilhéus é um dos pilares que compõem junto com Itabuna, cidade vizinha, um centro regional de serviços.

A formação histórico-geográfica do município de Ilhéu remonta a um período de 486 anos de fundação e 139 anos da elevação de seu distrito sede à condição de cidade, ao longo do qual sofreu profundas transformações socioespaciais. O município, que possui uma extensão de 1.841km², abriga uma população estimada em 184.236 habitantes, deste total, 84,3% residem na zona urbana, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2011), referente ao ano de 2010.

O município de Ilhéus faz fronteira com Aurelino Leal, Uruçuca e Itacaré ao norte, Itajuípe e Coaraci a oeste, Una ao sul, Itapitanga a noroeste, Itabuna e Buerarema ao sudeste. Ilhéus é considerada o portão de entrada para a Costa do Cacau.

Figura 1 - Localização do município de Ilhéus – BA



Fonte: IBGE, 2010

Apesar das belas paisagens, a infraestrutura urbana da/na cidade é bastante precária principalmente nas periferias, os serviços públicos não atendem a demanda solvável da população periférica. Apenas 68% dos domicílios da cidade contam com esgotamento sanitário adequado (SINIS, 2019). Uma rápida análise do perfil socioeconômico dos moradores torna evidente que a distribuição de saneamento básico está diretamente relacionada ao nível de escolaridade e renda (SNIS, 2019), pois estão na periferia e nos bairros mais pobres as camadas mais desprovidas, lembrando que é nesses espaços que se localizam não só as moradias mais precárias, mas, a população menos escolarizada e as piores condições sanitárias.

Apesar de não encontramos registros por bairros, as mortes, em Ilhéus, em razão da precariedade de saneamento básico é fato. De acordo com o DATASUS (2019) foram 13 óbitos no município só em 2019. Pesquisando dados de saneamento básico de Ilhéus, descobrimos que até 2010 apenas 65,9% dos domicílios possuíam esgotamento adequado (IBGE, 2010). Até a data dessa pesquisa já se passaram 11 anos e, constatamos que não ocorreu nenhum avanço expressivo nessa infraestrutura nas periferias da cidade.

Ante o exposto, infere-se que o Teotônio Vilela e o Banco da Vitória aparecem como resultado de arranjos econômicos, sociais e políticos entre os distintos agentes que atuam no processo de produção do espaço. Enquanto a população pobre ocupava, de forma irregular as chamadas áreas de risco e zonas periféricas com infraestrutura precária nos bairros aqui tomados como campo de análises, o Estado se encarregava de viabilizar a interiorização das indústrias na Bahia, criando mecanismos de diversificação produtiva na região sul (NOIA, 2014).

Cumpre-nos assinalar que a economia da região sul sofreu significativos impactos em decorrência da crise da lavoura cacaueteira, gerando êxodo rural e miséria generalizada da classe de trabalhadores no campo “pela falta de emprego” e moradia. Em síntese, percebe-se que a economia do município de Ilhéus organizou-se em função da monocultura cacaueteira e esta, por sua vez, conduziu o processo de produção do espaço urbano da cidade e do próprio município, pois a zona rural também sofreu as consequências da crise (ANDRADE, 2003; OLIVEIRA, 2008; MASCARENHAS, 1993; RANGEL e TONELLA, 2013).

Todavia as mudanças socioespaciais mais significativas que ocorreram no espaço da cidade se deram pelo cacau e para o cacau (MOREIRA, 2011). De acordo com Lima (2010), a história de Ilhéus, antes do cacau, estava associada à política de colonização da Coroa portuguesa, desde o período das Capitânicas Hereditárias.

Este mesmo autor ainda destaca que o ciclo produtivo da cana de açúcar, no período que compreende os séculos XVI e XVII, experimentou severa estagnação econômica por conta do difícil acesso à região e às doenças endêmicas da época. Cabe dizer que a dinâmica econômica e social de Ilhéus, atualmente vinculada ao cacau, no período colonial esteve diretamente vinculada à monocultura da cana de açúcar.

Já no segundo momento, a economia consegue se regenerar com a comercialização do cacau. Em razão disso um grande fluxo de imigrantes afluiu “em busca de empreendimentos e riqueza fácil” (GONÇALVES, 2016). Considerando o desenvolvimento da lavoura cacauzeira, nenhuma região da Bahia cresceu tanto quanto a região sul do final no século XIX, afirmou Andrade (2003, p.21).

Na avaliação de Andrade (op. cit.) em decorrência da crise da lavoura cacauzeira, a partir de 1989 até 1996, o fluxo migratório elevou o índice populacional de Ilhéus. Muitas pessoas saíram de suas cidades em busca de trabalho em outros setores como pesca e turismo. Mas, o município não atendeu às necessidades de emprego e moradia dos trabalhadores do campo desempregados.

O Estado não assistiu a esses trabalhadores que tanta riqueza produziu na região, por meio do trabalho braçal nas lavouras. Muitos, sem alternativa, desempregados e sem teto, ocuparam áreas periféricas da cidade, próximas às rodovias, manguezais e regiões mais distantes do centro da cidade.

A partir da crise do cacau e do endividamento do comércio, Mascarenhas (1993), observa o aceleração no crescimento populacional, num primeiro momento nas áreas vazias do centro da cidade, em seguida nas regiões próximas ao manguezal, no sentido norte, oeste e sul, inclusive nos locais de APP's (ANDRADE, 2003). Sobre esse momento, Mascarenhas (1993) afirma que:

Os impactos da crise sobre o setor de produção tem sido significativo. O grande capital agrário regional vem suspendendo suas atividades em lavouras menos lucrativas e transferindo o foco dos investimentos para a pecuária e outras atividades mais remuneradoras. Na pequena produção, além de redução dos tratamentos culturais, abandono de lavouras e venda de propriedades, há um elevado nível de descapitalização e endividamento na cacauicultura (...) as consequências do débito tem afetado principalmente os pequenos, dada à indisponibilidade de outras fontes de renda. Ao trabalhador rural restou um quadro de desemprego em massa, um dos maiores da história do cacau (p.5).

O crescimento populacional na cidade, decorrente da crise econômica, não se deu acompanhado de infraestrutura urbana, tampouco de uma eficaz política pública de habitação, gerando vários problemas sociais e impactos ambientais em Ilhéus. Em decorrência disso, algumas áreas, de diferentes regiões da cidade, que abrigam manguezais, rios, encostas e morros encontram-se extremamente degradadas.

A situação se agrava na periferia, pois os serviços públicos de coleta de resíduos sólidos e efluentes domésticos não atendem à demanda solvável dessas áreas. De acordo com Spanghero (et al., 2017) vários corpos d'água, estão poluídos em resultado do descarte inadequado de esgoto doméstico. Cabe reforçar que o saneamento básico só atende a 68 % das residências na zona urbana, (SINIS, 2019). Isso significa dizer que 42% dos domicílios restantes não contam com esgotamento sanitário adequado.

Ao contrário do que se afirmam os problemas socioambientais principalmente que acometem a periferia de Ilhéus, não tem como causa a ausência de planejamento. A história da elaboração de planos urbanísticos e planos diretores com a perspectiva de orientar, normatizar juridicamente e guiar o processo de crescimento da cidade de Ilhéus, datam da década de 1930 do século XX, quando da elaboração do Plano Diretor para Remodelação e Expansão da Cidade de Ilhéus (DA RIN, 1933). Desde lá até aqui, já foram elaborados mais quatro planos, com aparatos jurídicos e técnicos de uso e ocupação do solo, atualizados de acordo com todas as exigências da Constituição de 1988 e do Estatuto das Cidades. (OLIVEIRA, op. cit.).

Todavia, se faz necessário dizer que o PLAMI - Plano de Desenvolvimento Local Integrado do Município de Ilhéus (1969) dispensou especial atenção com os impactos da expansão urbana e ocupação nas áreas em especial, nos morros e nos manguezais que circundavam a Cidade de Ilhéus, todavia, não conseguiu conter tal processo.

Uma informação importante a cerca desse processo é a relação entre a urbanização acelerada nas áreas sensíveis do ponto de vista ambiental, principalmente e a especulação imobiliária. A crescente urbanização e ocupação, principalmente das chamadas áreas de risco, segundo Battaus (et al., 2016) está diretamente relacionada à forte especulação imobiliária, principalmente nas áreas dotadas de infraestrutura. O preço da terra urbana nessas áreas é um impedimento à ocupação da classe trabalhadora (RANGEL e TONELLA, 2013; MOREIRA, 2011).

A insuficiência de políticas públicas de habitação popular capaz de atender a demanda solvável da população sem teto e sem moradia adequada. A ineficaz geração de emprego e renda para atender às necessidades da população pobre, desempregada e sem teto, foi a principal causa para a ocupação de áreas de mangue, desprezadas pelo mercado imobiliário, surgimento e ampliação de favelas, além de graves problemas ambientais (LEMOS 2007).

De acordo com o PEMAS – Plano Municipal para Assentamentos Subnormais, as ocupações aconteceram na década de 1970 nas Zonas Oeste e Norte, principalmente nos locais próximos aos manguezais que, atualmente, abrigam os bairros Teotônio Vilela, Barra, Savoia, São Domingos (OLIVEIRA, 2008).

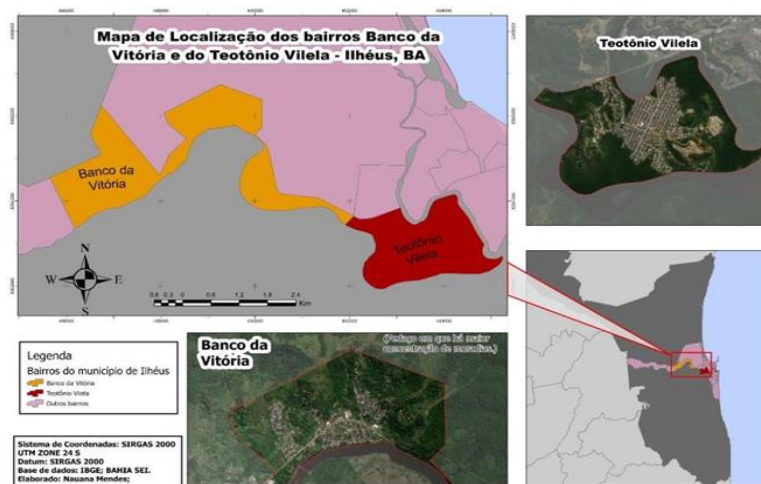
Segundo Rodrigues (2017) a ocupação do bairro Banco da Vitória, localizado no km 8 da BR-415, no eixo da rodovia Ilhéus/Itabuna iniciou-se em meados do século XVI. Esta região é considerada a mais antiga do Sul da Bahia e já foi foco de disputa por indígenas das comunidades Tupiniquins e Aimorés, por ser considerado local sagrado para estes povos. Devido ao rio Cachoeira ser um trecho navegável, passaram por essa localidade desbravadores, jesuítas, bandeirantes, portugueses, onde permaneceram por mais de 4 séculos, juntamente com os plantadores de cacau e fundadores de lugarejos e cidades que surgiram na região Cacaueira do Sul da Bahia.

Nesse contexto, destaca-se a secular Sesmaria Victória, onde hoje se localiza uma fazenda desde a década de 1980. Essa área abrigou, no passado, um dos maiores agrupamentos de escravizados africanos do estado da Bahia. O Banco da Vitória foi um importante espaço na construção da Região

Cacaueira do sul da Bahia, depois, teve o seu desenvolvimento ofuscado pela crise da cultura do cacau.

Um evento que merece destaque é a reunião de pescadores com suas embarcações, na Baía do Pontal (Zona Sul). Estes pescadores seguiam até o Banco da Vitória (Zona Oeste), mas, por conta de poluição do rio Cachoeira, desmatamento e falta de infraestrutura no bairro a exploração turística não foi mais possível (Rodrigues, 2017). Os bairros Banco da Vitória e Teotônio Vilela (figura 2) situam-se na Zona Oeste do Município de Ilhéus – BA, às margens do rio Cachoeira e Fundão e distam cerca de 4 km do centro da cidade.

Figura 2 – Localização dos bairros Banco da Vitória e Teotônio Vilela.



Fonte: IBGE, 2010

Segundo Rodrigues (2017 p.24), “nas últimas décadas, a expansão urbana na Zona Oeste iniciou-se com as “invasões” da Gomeira, que depois se transformou no bairro Teotônio Vilela e, a “invasão” do Morro da Mata da Rinha, no Banco da Vitória que, atualmente, se chama Alto do Iraque”. Apesar de essas regiões terem sido ocupadas há muito tempo, carecem de diversos equipamentos e infraestrutura urbana como praças, áreas de lazer, saneamento básico e pavimentação.

As constantes ocupações de terra desencadearam no crescimento populacional nessa região e, conseqüentemente, do município, com o tempo surgiram pequenas ocupações de terras ao longo da Rodovia Jorge Amado, principalmente, na área urbana do Banco da Vitória. Algumas dessas ocupações são apenas expansões legais de velhas comunidades, como vemos

na região da fazenda Raimundo Ribeiro (próximo a HP empreendimentos) e na comunidade da União (em frente à Escola Dom Bosco).

Também foram implantados, ao longo da Rodovia Jorge Amado, o assentamento Frei Vantuy e os condomínios Morada do Porto (antiga fazenda Porto Novo) e Costa do Cacau, frutos do projeto governamental Minha Casa, Minha Vida. O bairro Banco da Vitória foi um dos maiores centros comerciais do Sul da Bahia, no início do século XX. O processo de compra e venda de cacau ocorria na praça que se chamava Rua Beira Rio, localizada neste bairro (RODRIGUES, 2017), atualmente essa praça se chama Guilherme Xavier.

Retornando ao bairro Teotônio, inferimos que se trata de um dos bairros mais populosos de Ilhéus, sua população está estimada em 30.000 habitantes (IBGE, 2010). De acordo com Moreira (2009), esse bairro que é fruto de ocupação na década de 1980, sofre com a negligência do poder público. “Sua origem está atrelada à história do surgimento dos inúmeros bairros, favelas e loteamentos ilegais que nasceram nas cidades brasileiras” (RODRIGUES, 2007), ou seja, é fruto da incapacidade da classe trabalhadora em comprar um lote de terra ou adquirir uma moradia em áreas que contam com boa infraestrutura, pois estas áreas são extremamente valorizadas e caras e os preços dos lotes e dos imóveis geralmente estão aquém das condições dos trabalhadores.

Durante os trabalhos de campo pudemos observar as condições socioambientais dos bairros estudados, constatamos *in loco*, que a urbanização nesses bairros, principalmente no Teotônio Vilela se deu sem urbanidade, pois ao visitarmos esses espaços nos deparamos com o fenômeno da desigualdade social na sua forma mais perversa, observamos de forma explícita a relação direta entre pobreza e moradia precária (ALMEIDA; MORAES, 2009). Essa analogia é facilmente percebida no cotidiano da população que habita esses bairros.

Tratar da precariedade da moradia no contexto local é falar sobre o recrudescimento da pobreza na região cacauzeira, tornando mais evidentes as diferenças de renda. Além da urbanização desurbanizante, da ausência de habitabilidade. O Teotônio Vilela e o Banco da Vitória convivem com a degradação social e ambiental. Nestas manchas urbanas da cidade é

“observado o corte abrupto que já possui cicatrizes de escorregamentos e alagamentos anteriores” (SANTOS; BAITZ, 2017).

Além disso, as áreas de mangue vêm sendo ocupadas em um ritmo crescente desde a década de 1980 (FIDELMAN, 2001). É visível a degradação do manguezal em vários locais do bairro. Esse tipo de ocupação, motivada pela necessidade de habitar pelos sujeitos mais pobres, faz com que uma significativa parcela da população coloque em risco a própria vida, pois fica vulnerável a acontecimentos e desastres ambientais como alagamentos e deslizamentos podendo, assim, ocasionar vítimas e perdas materiais (SANTOS; BAITZ, 2017).

Segundo Vidal (2009), só em 1979 o manguezal foi classificado no PUB - Plano Urbano Básico de Ilhéus - como um ecossistema passível de extinção. Somente a partir dessa prerrogativa é que se recomendou a criação de um “Parque do mangue”. A ocupação do Teotônio Vilela data da década de 1980, mas, até o momento, o parque não foi implantado. Além do Plano Urbano Básico de Ilhéus, existem leis ambientais para orientar o uso do solo, como a Resolução CONAMA nº 303 (BRASIL, 2002) e o Código Florestal Brasileiro, Lei nº 12.651/2012, mas, apesar das leis, o referido bairro é uma das áreas urbanas que mais cresce na cidade.

O último documento mencionado denomina as APPs, no artigo 3º, “como área protegida coberta ou não por vegetação nativa, e ainda assinala que não é permitindo qualquer alteração no seu uso”. Essa lei (nº 12.651/2012) tem por objetivo a conservação da mata ciliar para evitar a erosão do solo e, conseqüentemente, o assoreamento e o comprometimento do leito do rio, gerando uma diminuição da sua vazão. Vale destacar que o Teotônio Vilela é cortado pelo rio Fundão.

Portanto, as ocupações nas áreas de manguezais reforça a tese de descaso do poder público municipal e dos organismos de fiscalização ambiental. Todavia, a questão que se coloca é, por que essa área foi ocupada? Para responder a essa questão, num primeiro momento, voltaremos ao arcabouço legal.

A Resolução CONAMA nº 303 (BRASIL, 2002) e o Código Florestal Brasileiro, Lei nº 12.651/2012, como se pode observar datam de 2012, portanto, mais de 20 anos, após a ocupação do Teotônio Vilela. Lembrando

que o Código Florestal Brasileiro foi criado em 1965, pela Lei nº 4.771/65 com o escopo de preservar as florestas. E no caso de Ilhéus só em 1979 o manguezal foi classificado no PUB - Plano Urbano Básico de Ilhéus - como um ecossistema passível de extinção (Vidal, 2009). A ocupação da área onde hoje se localiza o Teotônio Vilela revela a baixa implementação do Estado de Direito Ambiental.

Além disso, no caso do bairro em tela acreditamos que sua origem está relacionada com a intenção do poder público de erradicar o déficit habitacional à época. Tal afirmação corrobora com os estudos de (MOREIRA, 2011; VIDAL, 2009; OLIVEIRA, 2008). Para solucionar tal problema, a Secretária de Planejamento e Infraestrutura da Prefeitura Municipal de Ilhéus desapropriou uma fazenda na Zona Oeste (atual bairro Teotônio Vilela), dividiu uma grande área em pequenos lotes e distribuiu às famílias de baixa renda. Mas, antes de concluir a entrega dos lotes, a região foi ocupada, pelos “sem teto”, pois, segundo alguns moradores, houve suspeita de fraude na distribuição dos lotes (MOREIRA, 2011).

Cabe destacar que, desde a metade da década de 1980, a prefeitura vem coordenando algumas ações para mitigar os impactos socioambientais não só na região do Teotônio Vilela, mas em outras áreas da cidade, exemplo disso, foi à implantação do “Projeto Viva o Morro” sob a gestão do prefeito Jabes Ribeiro (1983-1989), com apoio de verbas estaduais e federais, cujos objetivos eram contenção de encostas; eliminação de esgotos a céu aberto; drenagem pluvial; construção de acessos, escadas e rampas, além de outros equipamentos urbanos para melhoria da qualidade de vida da população que residia nessas áreas vulneráveis. Apesar da implantação do projeto, as condições socioambientais do Vilela não sofreram alteração. Ao contrário, os impactos na região evoluíram ao ponto de comprometer a qualidade socioambiental local.

Voltando à questão da moradia, cabe destacar que, no ano de 1999, como descreve Oliveira (op. cit.), o Governo Federal, representado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, criou o Habitar- Brasil/BID, financiado com recurso da OGU, FGTS e do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Em Ilhéus, as obras tiveram início no ano de 2004 e um empreendimento foi construído no Bairro Teotônio Vilela.

O programa habitacional objetivou atender uma parcela da população que se enquadrava na faixa de renda de 0 a 3 salários mínimos e que ocupava área de mangue destinada à recuperação e proteção ambiental no referido município. Mas, as obras não foram concluídas. Antes mesmo do término da construção, algumas moradias foram ocupadas e outras estão em ruínas. É pertinente dizer que a demora na entrega das casas foi o elemento motivador das ocupações.

Nesse conjunto habitacional, “há 256 edificações construídas, destas 153 estão habitadas e 103 deterioradas” (CHAVES, 2018). Não é pacífica a questão, como se pode observar na citação de Chaves (2018). Ver pessoas passando dificuldade por falta de moradia e avistar 103 imóveis se deteriorando ao longo dos anos, com tantas pessoas desabrigadas e sem teto na cidade, é desumano e até doloso. Ante o exposto, oportuno se torna dizer que,

A presença e aparente ausência do Estado aprofundam contradições, inerentes ao modo de produção capitalista. A presença diz respeito, entre outras dinâmicas, à definição do salário mínimo, às normas jurídicas de apropriação e propriedade da terra, à legislação de uso da terra e edificações, à implantação de infraestrutura e equipamentos de uso coletivo. O Estado parece ausente ao definir salários insuficientes para a reprodução da vida, não prover o acesso universal aos meios e equipamentos de uso e consumo coletivo (RODRIGUES, 2007, p. 74).

É preciso reafirmar que as transformações que ocorreram nessa urbe, de modo geral, estão diretamente imbricadas ao “processo de urbanização capitalista, um produto da reprodução ampliada do capital que se perpetua como condição de permanência da desigualdade social” (RODRIGUES, 2007, p. 74). Dito isso, reafirmamos que, o conjunto de impactos socioambientais elencados nessa pesquisa é fruto de uma complexa urbanização e da consequente expansão da malha urbana do/no território da cidade de Ilhéus na sua dimensão mais violenta. A violência se dá no processo de reprodução da propriedade privada, expropriação e segregação (SAMPAIO, 2015).

Mesmo quando ocorreram as ocupações irregulares de áreas ambientalmente frágeis pelos trabalhadores pobres e sem teto, essas não se deram à revelia do poder público, muitas vezes essas ocupações foram legitimadas pelo próprio Estado ao criar programas de urbanização nessas

áreas (RODRIGUES, 1997), a exemplo do “Projeto Viva o Morro”, anteriormente citado.

Retomando a discussão dos serviços públicos, no que tange à coleta de resíduos sólidos, um estudo (MARTINS, 2008) sobre o bairro Teotônio Vilela, aponta para a deficiência e a irregularidade desse serviço, sendo possível encontrar resíduos sólidos descartados às margens do rio Cachoeira. Isso também ocorre no bairro Banco da Vitória, apesar da caçamba de coleta de entulho. Mas, é importante dizer que a caçamba não atende a demanda do bairro.

É sabido que o descarte irregular de resíduos sólidos provoca a contaminação do solo e da água em períodos chuvosos, pois o chorume - líquido proveniente da matéria orgânica em decomposição - é carregado para os corpos d'água próximos (MARTINS, 2008).

A seguir, apresentaremos uma síntese dos impactos socioambientais, identificados nas áreas pesquisadas e suas causas. Antes, porém, cabe dizer que, de acordo com a resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) nº 1, de 23 de janeiro de 1986, impacto ambiental é qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas.

Além disso, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população as atividades sociais e econômicas, a biota, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos elementos ambientais.

Já os impactos sociais em nosso entendimento, são alterações negativas nas condições de vida dos sujeitos. Diversos elementos podem corroborar para impactar, de forma negativa, a vida urbana, tais como, crise econômica, desemprego, baixos salários, déficit habitacional, perdas de direitos pela classe trabalhadora, ausência de infraestrutura urbana, precariedade dos serviços públicos (educação, saúde e lazer) entre outros.

O planejamento urbano se dá, geralmente por meio de instrumentos de ordenamento do uso da terra, como zoneamentos e planos diretores. Na elaboração do planejamento do urbano, os discursos e as ações dos sujeitos

hegemônicos (poder público e empresas,) são determinantes, no processo de produção socioespacial.

O plano diretor vigente que data de 2006 é exemplo disso. Tal documento pouco avança em promover o desenvolvimento inclusivo, equilibrado e sustentável da cidade. A realidade socioespacial da periferia de Ilhéus é um forte indicativo de que o Plano não funcionou como instrumento de concretização do direito fundamental à moradia previsto tanto na Constituição Federal de 1988, como em tratados internacionais.

Os bairros pobres de Ilhéus localizados nas áreas de mangue, por exemplo, estão excluídos do mercado imobiliário formal e ainda são negligenciados pelo Estado, pois este não tem garantido o direito, principalmente do trabalhado a urbanidade na cidade.

A seguir apresentaremos um quadro síntese dos impactos mais significativos resultantes da expansão urbana nos bairros estudados.

QUADRO SÍNTESE DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS IDENTIFICADOS NOS BAIRROS ESTUDADOS

1- Moradias precárias - são péssimas as condições de habitabilidade de grande parte das moradias, principalmente no bairro Teotônio Vilela, como ilustra a figura 3.

Figura 3 - Ocupação na área de manguezal no bairro Teotônio Vilela



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Salienta-se, que essas moradias se localizam em áreas de mangue, fato que implica a perda do habitat natural e da biodiversidade, fauna e flora, como resultados do aterro do Manguezal (ALMEIDA e MORAES, 2009). Mas, é preciso reforçar que as moradias precárias têm como causa, desigualdade

social, segregação socioespacial, desemprego, pobreza, ineficiência/falta de políticas públicas de habitação.

2- Deslizamentos de encostas e alagamentos em decorrência de desmatamento, como ilustra a figura 4. Muitas casas nesses bairros foram edificadas em áreas de encostas, às margens do rio Fundão e Cachoeira e nos morros e, apesar dos escorregamentos se constituem em processos geomorfológicos muito frequentes na natureza, com a ocupação irregular dessas áreas e o desmatamento isso tem sido mais frequente provocando perdas materiais e mortes por desabamentos em razão da ocupação de Taludes pela população de baixa renda (SANTOS e BAITZ, 2017).

Figura 4 - Área de risco Rua. Barro vermelho Teotônio Vilela



Fonte: Fontes e Baitz, 2017.

Além disso, a desestabilização das encostas tem elevado o grau de saturação do solo e, conseqüentemente, diminuído sua resistência, gerando o escoamento superficial e diversos tipos de erosão devido ao desmatamento e chuvas intensas (SANTOS e BAITZ, 2017).

3- Alagamentos (figura 5) – são frequentes os alagamentos nessas áreas e têm como causa a ausência de macrodrenagem, contaminação dos corpos hídricos, esgoto a céu aberto, poluição do Estuário do rio Cachoeira, contaminação do solo, perda do habitat natural e da biodiversidade, fauna e flora e têm como causa principal o despejo de efluentes domésticos e descarte irregular de resíduos sólidos às margens do rio Cachoeira e aterro do manguezal (FEILDEMAN, 2001; MARTINS, 2008).

Figura. 5 - Ocupação e alagamento em área de manguezal no bairro Teotônio Vilela



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

O quadro, acima evidencia os problemas socioambientais presentes nas áreas estudadas. Isso significa dizer que nenhuma ação eficaz foi realizada até o momento para erradicar os problemas acima apresentados. Em razão disso, a realidade socioambiental precária e degradante, permanece praticamente inalterada nessas áreas.

A ampliação da pobreza e a consequente segregação socioespacial que tem marcado o espaço da cidade de Ilhéus, e permanece no pós-crise da lavoura cacaueteira, é um grande desafio que precisa de atenção e ações efetivas por parte do poder público. O desafio que está posto é acompanhar a urbanização, principalmente das/nas periferias, conter as ocupações irregulares, ofertando habitações adequadas à população “sem teto” e de baixa renda, melhorar a oferta de infraestrutura urbana e ampliar os serviços públicos de saúde, saneamento básico, educação, cultura e lazer às populações mais vulneráveis.

É indubitável dizer que vários dos impactos socioambientais elencados nesse trabalho têm como causa ações antrópicas. Mas, nas áreas mais pobres esses impactos se efetivam e se ampliam em razão da inobservância da legislação ambiental, omissão e negligência do poder público. Além disso, é preciso insistir, no fato de que os impactos sociais aqui apresentados são, antes de tudo, expressões da desigualdade social e “das diferentes formas de apropriação da riqueza produzida e da expressa impossibilidade da maioria dos

trabalhadores em apropriar-se de condições adequadas de sobrevivência” (RODRIGUES, 2007, p. 75).

Tenha-se presente que a superação de uma urbanização acéfala exige a organização da sociedade em outras bases, o que pressupõe superar a desigualdade socioespacial. Isso implica ultrapassar as barreiras e as formas de opressão e de desigualdade (RODRIGUES, 2007, p. 87).

Posta assim a questão, é de se dizer, existe um limite imposto aos planos de desenvolvimento e ordenamento territorial urbano e, em virtude dessas considerações, apresentaremos aqui algumas proposições estratégicas que podem ser bem sucedidas na elaboração de um Plano de Ação que garanta a exequibilidade das leis e pressupostos elencados no Plano Diretor, afinal “[...] em muitas propostas de planejamento o uso de uma sofisticação teórica demasiada é muitas vezes uma reação à incapacidade de implantar medidas simples, com a realização de ações aparentemente evidentes” (MORAES, 2011, p. 155). Isso significa dizer que ações simples podem auxiliar a gestão pública no planejamento e ordenamento territorial urbano.

Cabe dizer que vários pesquisadores (COELHO, 2009; BAQUEIRO, 2011; SANTOS, 2007), têm se debruçado e desenvolvido estudos propositivos. Com base nas pesquisas desses mesmos autores e, tendo como perspectiva a premissa que fundamenta o projeto das cidades humanizadas, vamos elencar algumas ações que consideramos fundamentais na construção de uma proposta de planejamento e ordenamento territorial urbano para a cidade de Ilhéus/BA e não apenas para os bairros estudados. Pois, entendemos que uma cidade deve ser contemplada em termos de infraestrutura urbana em sua totalidade.

Estudar e apontar as fragilidades socioespaciais de alguns fragmentos da cidade é apenas uma opção metodológica, para se chegar a um fim, que nesse caso é um estudo propositivo com base na análise dos problemas decorrentes de uma urbanização desurbanizante que toma como estudo de caso, dois bairros pobres da cidade de Ilhéus - BA, Banco da Vitória e Teotônio Vilela.

Nosso intuito maior é suggestionar uma proposta de planejamento e ordenamento territorial urbano que atenda as demandas socioespaciais da cidade como um todo, uma vez que as ações integrativas que indicaremos para

compor as políticas públicas urbanas de Ilhéus têm como pleito assegurar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Pois “cidades planejadas significam melhor qualidade de vida para as gerações futuras” (MARQUES, 2010, p. 188), quando o planejamento preza a efetiva participação social, e contempla as demandas concernentes à reprodução social da maioria da população (LIMONAD, 2015).

Antes de tudo, advertimos que as ações abaixo elencadas não são de nossa autoria, elas são fruto de pesquisa bibliográfica e documental, portanto, não são inéditas.

AÇÕES INTEGRATIVAS

1- INCENTIVO AO USO MISTO DOS ESPAÇOS DA CIDADE – A ideia é agrupar numa mesma região/bairro da cidade, praças comerciais, pequenos bares e restaurantes estrategicamente situados em esquinas e passagens, lojas em térreo de prédios residenciais, escritórios administrativos e também todo um leque de outros equipamentos de proximidade e de acessibilidade que possam tornar a região mais habitável e aprazível (CALDEIRA, 2000; DIÁRIO OFICIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO, 2014; GEHL, 2013).

2- CRIAÇÃO E VALORIZAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS.

O espaço público é um lugar privilegiado para construir um sentimento de cidadania e de pertencimento, por isso, deve se constituir num elemento de agregação e identidade dos habitantes da cidade e do município, não podemos esquecer-nos dos moradores da zona rural. O objetivo dessa ação além de garantir aos moradores o direito à reunião, ao encontro é também reverter o esvaziamento dos centros tradicionais. (PIZZOL, 2005; DIAS, M. S.; FERREIRA, B. R.).

3- O TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO COMO FATOR DE DEMOCRATIZAÇÃO DOS BENEFÍCIOS URBANOS.

Todo gestor deve ter em mente que transporte público de qualidade exige não só uma frota de veículos em boas condições de trafegabilidade, climatizados e em número suficiente para atender à demanda solvável da população, principalmente em horários de pico. Também é preciso a criar pontos cobertos com bancos e sinalização audiovisual para deficientes visuais e auditivos. Os

veículos devem ser adequados às necessidades de pessoas com dificuldades de locomoção, como os cadeirantes e idosos, pois, essa parcela da população sofre com falta de ônibus adaptados. (BRASIL, IPEA, 2015; GOMIDE, 2003; VASCONCELLOS, 2000.).

4- ÁGUA POTÁVEL -. Ilhéus já experimentou quadros de escassez de água potável e a população foi severamente penalizada. Por isso, o acesso à água potável num quadro de escassez deve ser tratado como política de Estado. A preservação das fontes de água potável está intrinsecamente relacionada com a preservação dessas fontes, o que implica, evitar o desmatamento, e conter o descarte irregular de resíduos sólidos nos rios. Para aumentar a produção de água potável é preciso preservar as nascentes dos rios e as bacias hidrográficas (PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO, 2016).

5 - REQUALIFICAÇÃO URBANA: DO CENTRO À PERIFERIA Ilhéus precisa de vitalidade urbana. Isso pode se dar por meio da criação e manutenção de áreas verdes (praças, parques infantis e quadras poliesportivas), e de lazer, prioritariamente nas comunidades e bairros pobres da cidade, pois estas carecem muito mais dessa vitalidade urbana. Além disso, é preciso priorizar as áreas mais afastadas do centro e das praias, o que inclui a ZONA RURAL e distritos com a oferta de serviços públicos de forma regular. Impulsionar o desenvolvimento turístico, abrangendo a periferia em projetos e programas de turismo com a criação de rotas e roteiros turísticos que incluam a gastronomia local, música e dança e demais atividades culturais (LENCIONI, S, 2003; MARICATO, 2001; RIVIÈRE D'ARC, H., 2006).

6- ESTIMULAR A MOBILIDADE ATIVA. De acordo com Wasal e Assad (2018), algumas prefeituras têm conseguido implantar projetos de médio prazo, contando com o apoio da iniciativa privada e de organizações não governamentais (ONGs). Um exemplo é a ação do World Resources Institute (WRI) que atua no momento em 18 cidades brasileiras.

Nívea Oppermann, diretora de desenvolvimento urbano da WRI Brasil e professora de planejamento urbano da Unisinos, aponta que o foco dos projetos está voltado para cidades médias e grandes: "Temos várias frentes de trabalho em planejamento metropolitano e urbano, transporte coletivo, transportes ativos, segurança viária, DOTS (desenvolvimento orientado ao transporte sustentável), qualidade do ar, eficiência energética, financiamento urbano, governança e resiliência", explica. Em São Paulo e em Fortaleza estão sendo feitas inúmeras intervenções para ampliar a segurança viária e promover maior integração das pessoas ao espaço público. Também estão

sendo feitas discussões com grupos de mulheres para qualificar a questão de gênero no transporte coletivo em São Paulo (ASSAD, 2018, p 1).

Um plano de ordenamento urbano territorial pode incluir parcerias com empresas privadas e contar com recursos do Estado em suas esferas municipal, estadual e federal para realização de obras de requalificação da cidade, ampliação dos serviços públicos e infraestrutura urbana, o que inclui cultura e lazer. Mas, um plano, cujo foco é a humanização da cidade deve ser realizado por meio de consulta à população. Além disso, deve partir do local e não de modelos prontos alienados em relação à realidade, totalmente desconectados da cidade real.

CONCLUSÕES

O crescimento populacional acelerado e desordenado das cidades é causa de preocupação em todas as partes do mundo, principalmente nas grandes cidades do Brasil. Tal crescimento traz consigo diversos problemas que afetam o espaço natural e construído e compromete a qualidade de vida dos sujeitos que habitam principalmente as cidades. No município de Ilhéus essa realidade não é diferente. Os problemas urbanos se agravaram após a crise da lavoura cacaueteira, com o rápido processo de urbanização que vem se desenrolando no espaço do distrito sede de forma desigual.

Diante desse quadro, inferimos que para minimizar ou eliminar os impactos, sejam eles sociais e/ou ambientais, o Poder Público deve dispensar maior atenção a essas questões. Não é suficiente elaborar políticas urbanas, se faz necessário desenvolver ações que assegure o Direito a Cidade e não apenas acesso aos serviços públicos. Portanto, políticas públicas urbanas devem estar em consonância com as demandas socioespaciais.

Quanto ao meio ambiente constatamos que, apesar de existir leis ambientais para a proteção das APP's e planos diretores municipais desde a década de 1930, o crescimento desordenado e as ocupações irregulares avançaram ao longo dos anos, acarretando sérios problemas socioambientais, alguns deles irreversíveis. Então, se não é por falta de planos diretores, por que os problemas socioambientais persistem?

Ao longo do processo investigativo observamos que os planos de desenvolvimento urbano aplicados em Ilhéus não garantiram a urbanidade aos moradores dos bairros Banco da Vitória e Teotônio Vilela, áreas periféricas da cidade de Ilhéus. Essas áreas enfrentam sérios problemas sociais e ambientais, e ainda sofrem com precariedade dos serviços públicos. É válido ressaltar, que esses bairros também carecem de espaços apropriados ao lazer, pois, não há parques, praças, quadras, tampouco espaços culturais.

Apesar de ser uma cidade que se pretende turística não há estímulo à mobilidade ativa. O transporte público é precário, principalmente no bairro Banco da Vitória, que possui poucos veículos e, nesse período de pandemia, quando se deveriam evitar as aglomerações, a população pobre sofre, pois é obrigada a se expor à possibilidade de uma contaminação, por necessidades de trabalho. Essa é a realidade de parte da população que habita os bairros mais pobres da Zona Oeste de Ilhéus.

Ante o exposto, apresentamos um conjunto de ações integrativas que podem compor uma proposta de planejamento e ordenamento territorial urbano para Ilhéus. Acreditamos que as ações anteriormente apresentadas podem colaborar para a mitigação dos problemas socioambientais em tela, não somente nos bairros estudados, mas, em toda a cidade de Ilhéus.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Arthur De Castro. MORAES, Maria Eugênia Bruck De. Análise do processo de ocupação do manguezal no bairro Teotônio Vilela – Ilhéus (Bahia). Anais do Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia, 2009, pág. 1- 14. Disponível em: <<http://anais.uesb.br/index.php/ascmpa/article/view/3673>>. Acesso em: 31/08/22

ANDRADE, M. P. Ilhéus: passado e presente. 2. ed. Ilhéus, Bahia. Editus: 2003.

ARAUJO, I. C. B. Zoneamento ambiental do Município de Ilhéus (BA): uma análise sistêmica. 2012. 116 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências da Unicamp, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286679>> Acesso em: 02 de jun. 2020.

BAQUEIRO, L. C. Por uma Cidade mais Humana. Revista VeraCidade, ano 7. Disponível em <<http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/v7/pdf/artigo4.pdf>> Acesso em: 12 de jul. 2021

BATTAUS, Danila M.; OLIVEIRA, Emerson Ademir B. de. O direito à cidade: urbanização excludente e a política urbana brasileira. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 81-106, 2016.

BLUME, L. H. dos S. Viver de tudo que tem na maré: tradições, memórias de trabalho e vivências de marisqueiras em Ilhéus, BA, 1960-2008. 2011. 243 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/12684>> Acesso em: 12 de jul. 2020.

BRASIL, Lei. n. 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 102, p. 9529, 16 set. 1965. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4771-15-setembro-1965-369026-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 25 de jun.2021.

BRASIL. IPEA. TD 2163 - Dependência do Automóvel, Planejamento Urbano e a Cidade de Brasília. Anamaria de Aragão Costa Martins Vicente Correia Lima Neto/ Brasília, 2015.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. 2000. Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp.

CENSOS DEMOGRÁFICOS. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 de fev. 2021.

CHAVES, C.; JESUS, L.; BUONICONTRO, M. S. Avaliação preliminar comparativa de materiais utilizados para a construção de habitações de interesse social na costa do cacau, BA. GAIA SCIENTIA (2020). VOLUME 14(2): 12-26. Disponível em <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/gaia/article/view/46439/31015>> Acesso em: 10 de jun. 2021.

COELHO. A. B. Humanizar o habitar e a cidade. Caderno do território, mar./abr. 2009. Disponível em:<http://repositorio.Inec.pt:8080/bitstream/123456789/16624/2/Caderno%20Territorio_2%20MarAbr.pdf> Acesso em: 15 de maio. 2021

CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE. Resolução n. 303, de 20 de março de 2002. Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, p. 68, 13 mai. 2002. Disponível em:<<http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=299>> Acesso em: 01 de fev. 2021.

DA RIN, M. & GONÇALVES, A. Plano Diretor para Remodelação e Expansão da Cidade de Ilhéus. Salvador, 1933. Disponível em: <<https://nossailheus.org.br/wp-content/uploads/2016/08/plano-diretor-ilheus-1933.pdf>> Acesso em: 01 de ago. 2020

DATASUS. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil Disponível em: <<https://datasus.saude.gov.br/>>. Acesso em: 12 de jun. 2021.

DIAS, M. S.; FERREIRA, B. R. Espaços públicos e infâncias urbanas: a construção de uma cidadania contemporânea. Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais, v.17, n.3, p.118-133, Recife, Set./Dez. 2015.

PEMAS - Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais de Ilhéus. Salvador: URPLAN/ Programa Habitar Brasil/BID - Subprograma de Desenvolvimento Institucional, 2002.

FERNANDES, E. A nova ordem jurídico-urbanística no Brasil. In: ALFONSIN, Betânia; FERNANDES, Edésio (org.). Direito urbanístico: estudos brasileiros e internacionais. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

FIDELMAN, PEDRO I. J. Manguezais do rio Santana, Ilhéus, Bahia: caracterização do sistema Revista de estudos ambientais, Blumenau, v.3, n.1, 86-94, jan/abr 2001. Disponível em <http://pedrofidelman.com/pdf/Fidelman.2001.REA.pdf> . Acesso em: 20/12/21

FREITAS, F. R. de; CAPETI, K. G.; SAMPAIO, C. R. Uso e ocupação dos manguezais da área urbana de Paranaguá-PR: uma abordagem histórica e socioambiental. UNISANTA Bioscience, Santos, vol. 6, n. 2, p. 93-100, 2007. Disponível em <<https://ojs.unisanta.br/index.php/bio/article/download/785/870>>. Acesso em: 07 de ago. 2020

FUNAZA. Fundação Nacional de Saúde. Planos municipais de saneamento básico. Ministério da Saúde, 2016. Disponível em <<http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/uploads/2016/09/PMSB.pdf>> Acesso em: 31/08/22

GEHL, Jan. Cidades para Pessoas. Ed. Perspectiva. São Paulo, 2013.

GOMIDE, A. de A. Transporte urbano e inclusão social: elementos para políticas públicas. Brasília: Ipea, 2003.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades. IBGE, 2011. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?>>. Acesso em: 05/08. 2022

ILHEÚS 24 horas. Disponível em: ILHÉUS 24H : Porque a notícia não para. (ilheus24h.com.br). Acesso em: 23 de maio 2021.

ILHÉUS. Lei nº 3.265, de 29 de novembro de 2006. Dispõe sobre o Plano Diretor Participativo de Ilhéus e dá outras providências. Diário Oficial, Ilhéus, BA, ano 125,04 de dez. 2006. Disponível em: <<https://www.ilheus.ba.gov.br/detalhe-da-legislacao/info/lei-ordinaria-3265-2006/12827>> Acesso em: 12 de jun. 2021.

In: I Congresso brasileiro de organização do espaço e X Seminário de Pós-Graduação em Geografia da UNESP/Rio Claro, 2010, Rio Claro. Anais Eletrônicos... Rio Claro: UNESP, 2010. p. 2196-2212. Disponível em:<<https://sites.google.com/site/organizacaodoespaco/anais>> Acesso em: 19 de jun. 2020.

INSTITUTO NOSSA ILHÉUS. MobCidades – Mobilidade, Orçamento e Direitos. Orçamento Temático da Mobilidade Urbana (OTMU) de Ilhéus. Ilhéus, 2019. 19

p.Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1nBJOKh4NY_LYBjFYwdaXEH1LEzajWMh6/view> Acesso em: 26 de jun. 2021.

Lei n. 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 149, p. 1-3, 04 jan. 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm#art28> Acesso em: 25 de jun. 2021.

LEMOS, R. M. Manguezais em Ilhéus: o destino é virar bairro. Revista Partes, São Paulo, 02 de jan. 2007. Caderno Socioambiental. Disponível em: <<https://www.partes.com.br/2007/01/02/manguezais-de-ilheus-o-destino-e-virar-bairro/>> Acesso em: 31 de jun. 2021.

LIMA, I. P. Aspectos históricos da expansão urbana em Ilhéus, Bahia – Brasil. In: I Congresso brasileiro de organização do espaço e X Seminário de Pós-Graduação em Geografia da UNESP/Rio Claro, 2010, Rio Claro. Anais Eletrônicos. Rio Claro: UNESP, 2010. p. 2196-2212. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/organizacaoedoespaco/anais>> Acesso em: 19 de jun. 2020.

LIMONAD, E. Um novo planejamento ou um novo estado para um novo Brasil?. In: LIMONAD, E.; CASTRO, E. R. (org.). Um novo planejamento para um novo Brasil?. 3 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 80-99

LENCIONI, S. Uma nova determinação do urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço. In: _____. Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. p.35-44.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil. In: VAINER, C.; MARICATO, E.; ARANTES, O. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____, Brasil, Cidades: alternativas para a crise urbana, Vozes, Petrópolis.

MARQUES, J. R. Meio Ambiente Urbano. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

MARTIN, Patrick Thomaz de Aquino. Os reflexos da crise da lavoura cacaueteira nos ecossistemas de manguezal do município de Ilhéus, Bahia. Geografia - v. 16, n. 1, jan./jun. 2007 – Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/279657652_Os_reflexos_da_crise_da_lavoura_cacaueteira_nos_ecossistemas_de_manguezal_do_municipio_de_ilheus_bahia>. Acesso em: 31/08/22

_____. Análise das intervenções antrópicas no manguezal do rio Cachoeira, Ilhéus, Bahia. 2008. 85 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/handle/riufs/5618>> Acesso: 15 jun. de 2021.

MASCARENHAS, G. C. C. Análise de alguns fatores relevantes à oferta de cacau baiano no período de 1967 a 1993. 1993. 58p. Monografia (Especialização) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus.

MILARÉ É. Direito do Ambiente: a gestão em foco: doutrina, jurisprudência, glossário. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MORAES, A. C. R. Sobre sustentabilidade e soberania. In: . Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia. 1 ed. São Paulo: Annablume, 2011. 160 p.

MOREIRA, G. L.. Notícia sobre o XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana. “Ciência e utopia: por uma Geografia do possível”. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), v. 15, n. 3, p. 208-208, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/download/74244/77887> Acesso em: 22 de maio 2021.

NOIA, A. C. Caracterização da trajetória do Polo de Informática no município de Ilhéus-BA, entre os anos de 1995-2013. In: IV Semana do economista e IV Encontro de egressos de Economia da UESC, 4., 2014, Ilhéus. Anais Eletrônicos... Ilhéus: UESC, 2014. p. 1-20. Disponível em: <<http://www.uesc.br/eventos/ivsemeconomista/anais/gt1-3.pdf>> Acesso em: 25 de maio 2021.

OLIVEIRA, O. M. G. A expansão urbana da cidade de Ilhéus – Bahia e a ocupação dos manguezais: O caso do bairro São Domingos. 2008. 205 f.

Plano de Desenvolvimento Local Integrado do Município de Ilhéus – PLAMI. SERFHAU/CIPLAN/BNH/PRÓ-URBI – Outubro, Salvador, 1969.

PIZZOL, K. M. S. de A. Uso e apropriação dos espaços livres públicos e informais de uma área urbana em João Pessoa - PB. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005.

RANGEL, Maria Cristina. TONELLA, Celene. A crise da região cacauzeira do sul da Bahia/Brasil e a reconstrução da identidade dos cacauicultores em contexto de adversidades Geoiingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 5, n. 1, p. 77-101, 2013 ISSN 2175-862X (on-line). Disponível em: [file:///C:/Users/santi/Downloads/49216-Texto%20do%20artigo-751375170814-1-10-20130910%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/santi/Downloads/49216-Texto%20do%20artigo-751375170814-1-10-20130910%20(3).pdf). Acesso em: 31/08/22

RIVIÈRE D’ARC, H. Requalificar o século XX: projeto para o centro de São Paulo, in Bidou- Zachareiasen, C., De volta à cidade, Annablume, São Paulo, 2006, pág. 265-93.

RESOLUÇÃO CONAMA nº 1, de 23 de janeiro de 1986. Publicada no DOU, de 17 de fevereiro de 1986, Seção 1, páginas 2548-2549. Disponível em

RODRIGUES, A. M. Moradia nas cidades brasileiras. 7 ed. São Paulo, Contexto, 1997.

RODRIGUES, R.C. Banco da Vitória: A História Esquecida das Margens Vitoriosas do Rio Cachoeira. 2. ed. Ilhéus, Bahia. Mondrongo, 2017.

SAMPAIO, R. A. A violência do processo de urbanização. In: CARLOS, A. F.A. (Org.). Crise urbana. São Paulo: Contexto, 2015.

SANTOS, L. R.; BAITZ, E. de O. F.. Impactos ambientais em áreas urbanas da cidade de Ilhéus: uma relação entre dados pluviométricos, movimentos de massa e submoradias. Os Desafios da Geografia Física na Fronteira do Conhecimento, v. 1, p. 3775-3784, 2017. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/sbgfa/article/view/1880> Acesso em: 13 de jul. 2021.

SANTOS, M. O espaço do cidadão. São Paulo: Edusp, 2007.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO (SNIS). Disponível em: <http://www.snis.gov.br/diagnostico-agua-e-esgotos> Acesso em: 14 de jun. 2021.

SPANGHERO, P. E. S; MOREAU, M. S; MACEDO, S. A. Bacias hidrográficas urbanas: qualidade da água e conflitos ambientais na Cidade de Ilhéus – BA. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/revista-geonorte/article/view/3522> Acesso em: 21 de maio 2021.

SÃO PAULO. Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014. Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002. Diário oficial da cidade de São Paulo. São Paulo, SP, ano 59, n. 140, p. 1-352, 11 jan. 2014. Disponível em <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/PDE-Suplemento-DOC/PDE_SUPLEMENTO-DOC.pdf> Acesso em: 20/08/2022

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara. Transporte urbano nos países em desenvolvimento: reflexões e propostas. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2000.

VIDAL, E. F. Ocupação urbana em área de manguezal: estudo de caso do bairro Teotônio Vilela no município de Ilhéus-BA. 2009. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciências em Engenharia Civil e Ambiental) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2009. Disponível em: <http://www.ppgecea.uefs.br/arquivos/File/dissertacoes/2009/Elzita_Ferreira_Vidal.pdf> Acesso em: 27 de abril. 2020

WASSALL Alice, Leonor ASSAD. Novos atores na humanização de cidades. Ciência e Cultura On-line version vol.70 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2018. Disponível em <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602018000100005> >. Acesso em 12/07/2021. WASSALL, A.; ASSAD, L. Novos atores na humanização de cidades. Ciência e Cultura, v. 70, n. 1, p. 11-13, 2018.